

Aplausos ao Congresso

Apesar da grande derrota para a Nação que foi a aprovação do Imposto Provisório sobre Transações Financeiras (IPMF) pelos próprios representantes dos exauridos contribuintes brasileiros que são os deputados e senadores do Congresso Nacional, outros projetos aprovados na seqüência da avaliação de mais este ataque da Receita Federal sobre uma população esmagada pela recessão podem ser considerados como uma "compensação" para a coletividade, tanto pelo seu alcance quanto pelo seu espírito de justiça.

Há alguns entre os projetos aprovados que, se colocados em prática — a ressalva é necessária porque muitos deles irão depender da vontade política dos governantes de regulamentá-los e aplicá-los integralmente —, poderão trazer avanços significativos no processo de saneamento das instituições públicas e modernização da economia nacional.

O primeiro ponto a destacar é o que dá o mesmo tratamento jurídico às empresas estatais que é dado às empresas privadas com dificuldades financeiras: a partir do momento em que a lei entrar em vigor, elas também poderão ter sua falência requerida. Isso obriga seus administradores a terem mais responsabilidade na gestão de seus orçamentos. Mas a determinação só surtirá efeito se o seu controlador — o Estado — passar a não mais injetar recursos nessas empresas para salvá-las. Se o governo continuar evitando a falência técnica das estatais do modo como sempre fez, isto é, socorrendo com dinheiro do Tesouro (leia-se dos contribuintes) cada estatal que apresentar buracos de caixa, a lei será letra morta. Outra coisa: como o maior credor dessas empresas é quase sempre o governo ou uma outra estatal, e tendo o espírito corporativo a força que tem no universo da **nomenklatura** brasileira, persistem fortes dúvidas de que alguém venha, um dia, mesmo tendo todos os motivos técnicos para tanto, pedir a falência da estatal que demonstrar incapacidade de liquidar seus compromissos.

São louváveis, também, os dois dispositivos destinados a reduzir o desenfreado processo de endividamento em que se envolveram os Estados e municípios: o primeiro determina que eles, agora, terão suas receitas

vinculadas ao pagamento de dívidas com a União e o segundo proíbe a emissão de novos títulos por prefeitos e governadores até 31 de dezembro de 1999. O que os obrigará a ser menos perdulários. Entretanto, a ressalva feita no item anterior vale também aqui: o governo federal precisa ter vontade política para não abrir nenhuma exceção nessas regras. Além disso, para completar o saneamento dos Estados e municípios, cujos desequilíbrios financeiros se tornaram uma das maiores fontes de pressão inflacionária, Itamar Franco tem que ser rigoroso na cobrança da dívida de US\$ 57 bilhões que eles já acumulam com a União e deve determinar que o Banco Central aja da mesma forma com os bancos estaduais, a maioria deles em situação pré-falimentar.

Ainda com o mesmo objetivo de reduzir fontes de déficit público, a lei aprovada em primeiro turno pela Câmara estabelece que os funcionários públicos, a partir de sua vigência, passarão, como qualquer trabalhador do setor privado, a pagar uma contribuição para a Previdência Social para financiar sua aposentadoria e as pensões de seus descendentes. Até agora, tudo isso é financiado exclusivamente pelo governo, com um agravante: os benefícios dos servidores públicos são integrais, o valor de sua aposentadoria é o mesmo de seu último salário, enquanto os trabalhadores das empresas particulares têm sua aposentadoria, no INSS, limitada a dez salários mínimos. Essa decisão só atinge, no entanto, os empregados da administração direta. Ficou faltando uma resolução idêntica para limitar as generosas contribuições da União aos fundos de previdência das empresas estatais, responsáveis por aposentadorias integrais e outros fantásticos benefícios para seus associados.

Se o esforço concentrado do Congresso nesta convocação extraordinária caminhasse todo no sentido das medidas que comentamos acima, em lugar de privilegiar o aumento de impostos, e se o governo e os políticos se empenhassem tanto em fazer vigorar este outro lado do pacote de projetos aprovados na semana passada quanto se empenham em fazer com que chegue logo aos seus cofres o dinheiro dos novos impostos, em pouco tempo a economia brasileira entraria nos eixos.